



ATA Nº 22 – 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e onze, no Auditório do Prédio 700 do Campus Uruguaiana, reuniu-se o Conselho Universitário da UNIPAMPA. Presentes: Maria Beatriz Luce (Presidente), Norberto Hoppen (Vice-Presidente); os Diretores das Unidades Acadêmicas: Almir Barros da Silva Santos Neto, Fernando Junges, Maximilian Fries, Nádia Fátima dos Santos Bucco, Eloir Míssio, Maria de Fátima Bento Ribeiro, Daniela Vanilla Nakalski Benetti, Denise Teresinha da Silva e Carlos Maximiliano Dutra; os representantes das Comissões Superiores: de Ensino, Vanderlei Folmer; de Pesquisa, José Pedro Rebés Lima, e de Extensão, Sílvia Luci de Almeida Dias; os Pró-Reitores: Everton Bonow, Daniel dos Santos Viegas, em exercício na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal; Luiz Osório Rocha dos Santos, Eduardo Ceretta Moreira, Lúcia Helena do Canto Vinadé, Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca e Vera Lúcia Cardoso Medeiros; os Docentes: Ricardo Barreto da Silva, Felipe Pivetta Carpes, Luciana Marini Kopp, Jefferson Marçal da Rocha, Gihad Mohamad, Maristela Cortez Sawitzki, Marco Antonio Fontoura Hansen, Andrés Delgado Cañedo, Maurício Aires Vieira, Marcus Vinícius Morini Querol, Adriano Luis Schunemann e Miro Bacin; os Técnico-Administrativos: Luis Eduardo Vieira, Carlos Arthur Saldanha Dias, Felipe Batista Ethur, Frank Sammer Pahim e Márcio Pereira Cordeiro; os Discentes: Darlionei Andreis, Lucas Genésio Silveira, Marcello Silva Cruz, Maicon Venes Pereira e Vanessa Dias Espíndola; o representante da Comunidade Externa: Giancarlo Ferriche Fonseca. A Presidente deu início a Vigésima Segunda Reunião Ordinária do CONSUNI agradecendo à Direção e aos servidores do Campus Uruguaiana pela acolhida e parabenizando-os pela realização do Terceiro Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (III SIEPE).

Assunto: Informações da Reitoria – A Presidente comunicou o envio da Lista Tríplice ao Ministro da Educação. Em seguida, informou sobre a Portaria Interministerial Nº 440, de 17/10/2011, a qual define novos valores para o Banco de Professor-Equivalente e de Lotação dos Cargos de TAE. O Professor Norberto Hoppen falou da necessidade de formação de uma comissão para alocação de vagas docentes. A Presidente solicitou que esta comissão fosse definida durante o intervalo da Sessão. Na sequência, falou sobre as avaliações de cursos de graduação, com finalidade de reconhecimento, que estão sendo muito bem preparadas pelos respectivos grupos e com expectativas de resultados positivos para o atingimento de IGC maior que 4. A Reitora também informou que esteve representando a Universidade no Palácio Piratini quando foi instalado o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, um Programa do Ministério da Integração Nacional e que a UNIPAMPA deve estar preparada para participar de diversas comissões temáticas, em breve futuro. Informou também sobre a apresentação feita ao Presidente e Diretor da FINEP, juntamente com outros reitores das Universidades Federais e os reitores da PUC/RS e da UNISINOS. Destacou o reconhecimento da UNIPAMPA como uma das Universidades com capacidade de produção científica e tecnológica do Estado e a necessidade de formulação de um plano estratégico de desenvolvimento científico-tecnológico da UNIPAMPA em que fiquem apontadas as áreas de maior capacidade e interesse institucional. Em seguida, visando melhor organização administrativa solicitou aos conselheiros que apresentem e documentem as justificativas de ausências nas reuniões do CONSUNI. Disse que o afastamento de qualquer atividade da Universidade no País ou do País requer um registro formalizado e com despacho das autoridades institucionais competentes: no afastamento no País a competência de registro é de cada Campus; já o afastamento do País requer publicação no Diário Oficial da União. Sobre os pareceres em processos sob apreciação do CONSUNI, sugeriu que os relatores adotem postura pedagógica construtiva, examinando o documento recebido e que dialoguem com as pessoas que formularam a proposta, no sentido de qualificá-la, trazendo ao Conselho um trabalho produtivo e positivo. Comentou ainda sobre a visita dos auditores do TCU à Universidade, com objetivo de conhecer a instituição, mas que poderá resultar em alguns apontamentos que deverão ser providenciados pela UNIPAMPA. Por último, a Presidente lembrou

que o dia quatro de dezembro é a data prevista para o encerramento de despesas no sistema vinculado ao MEC, cabendo atenção às datas que foram propostas pela Administração da UNIPAMPA,

Assunto: Apreciação “*ad referendum*” da Composição de Comissão Examinadora para Avaliação de Progressão Funcional para Classe Professor Associado. **Processo:** 23100.000910/2011-21. **Origem:** Gabinete da Reitora. **Apresentação:** Conselheiro Norberto Hoppen. Após apreciação, passou-se à votação. **Decisão do Conselho:** Aprovada por UNANIMIDADE.

Assunto: Apreciação da Ata da 21ª Reunião Ordinária. **Origem:** Secretaria do CONSUNI. **Decisão do Conselho:** Aprovada com uma abstenção

Assunto: Eleição de Membros para Comissão de Planejamento e Orçamento, de acordo com o Art. 49 da Resolução Nº 33, do CONSUNI. A Presidente consultou os presentes sobre a forma como gostariam de apresentar as sugestões de candidatos e sobre a forma de eleição desejada. O conselheiro Carlos Arthur Saldanha Dias sugeriu que o Pró-Reitor de Planejamento faça parte da Comissão. O conselheiro Andrés Cañedo perguntou sobre a renovação representativa no Conselho. Sugeriu clareza de que a Comissão não terá mandato de um ano, considerando uma eleição próxima. A Reitora lembrou ser o Pró-Reitor de Planejamento quem apresentará o orçamento à Comissão. Foram indicados para a Eleição os conselheiros: Eloir Missio, Fernando Junges, Luis Eduardo Vieira, Marcello Silva Cruz e Maicon Venes Pereira. A Presidente solicitou a forma de deliberação: com cédula ou votação aberta. Decidiu-se pelo uso de cédulas. **Decisão do Conselho:** Procedida a eleição, foram escolhidos os conselheiros Fernando Junges, Luis Eduardo Vieira e Maicon Venes Pereira.

Em seguida, foi proposta e aprovada uma inversão de pauta, adiantando a discussão do Calendário Acadêmico 2012.

Assunto: Calendário Acadêmico 2012. **Origem:** Pró-Reitoria de Graduação **Relator:** Conselheiro Maurício Aires Vieira. O conselheiro Mauricio Vieira, como relator, propôs que se estenda por mais uma semana o período de trancamento de matrículas. O conselheiro Marcello Cruz sugeriu que não só a data limite de trancamento seja ampliada como também o período de matrículas. Manifestaram-se também os conselheiros Lúcia Helena do Canto Vinadé, Andrés Delgado Cañedo, Luis Eduardo Vieira e Norberto Hoppen. O conselheiro Maicon Venes Pereira solicitou que o Coordenador Acadêmico adiantasse a entrega dos pedidos de matrícula. **Parecer:** Favorável, estendendo o período de trancamento de matrículas por mais uma semana, ou seja, até o dia vinte e três de março, não alterando os demais prazos. Essa proposta foi colocada em votação. **Decisão do Conselho:** Aprovada por UNANIMIDADE. Em seguida, apreciou-se a inclusão da data de matrícula para indígenas e fronteiriços. A inclusão da data foi aprovada com uma abstenção. Logo após, apresentou-se a proposta de realizar as matrículas SiSU em janeiro de dois mil e doze, sendo aprovada por UNANIMIDADE. Dessa forma, foi aprovado o Calendário Acadêmico de 2012.

Assunto: Calendário do CONSUNI 2012. **Origem:** Secretaria do CONSUNI. **Relator:** Conselheiro Luis Eduardo Vieira. **Parecer:** Favorável à aprovação do Calendário. **Decisão do Conselho:** Aprovado por UNANIMIDADE.

Assunto: Instalação da Ouvidoria da Universidade Federal do Pampa. **Processo:** 23100.001121/2011-15. **Origem:** Gabinete da Reitora. **Relatoria:** Comissão Especial designada pelo CONSUNI, conselheiros Vera Lúcia Cardoso Medeiros, Miro Bacin e Gabriela dos Santos Martins. Retirou-se o nome da conselheira Gabriela Martins, porque a mesma não conseguiu participar dos trabalhos da Comissão. **Parecer:** A conselheira Vera Medeiros apresentou parecer favorável com alterações na Norma. Ressaltou que o principal ponto a ser definido é a quem se destina a Ouvidoria: comunidade interna ou externa. A Presidente disse não poder haver dúvidas de que a Ouvidoria serve tanto à comunidade interna como à comunidade externa. O conselheiro Jefferson Marçal da Rocha afirmou que, considerando o parecer da Comissão, não se sentia

confortável para votar a matéria e sugeriu que os relatores fizessem os ajustes e apresentassem na próxima reunião do Conselho. A conselheira Denise Teresinha da Silva reforçou a sugestão do conselheiro Jefferson. O conselheiro Miro Bacin salientou a necessidade de melhor definir a atuação da Ouvidoria e questionou se haveria um ouvidor em cada Campus. O conselheiro Ricardo Barreto da Silva solicitou esclarecimento sobre as competências da Ouvidoria. A Presidente destacou que o ouvidor colabora para a transparência, para prestar contas e fazer com que a Instituição funcione melhor. O Vice-Presidente enfatizou que a grande função do ouvidor é agilizar processos. A conselheira Denise da Silva afirmou que o problema é que o documento não deixa clara a função da Ouvidoria. De acordo com o conselheiro Miro Bacin, é fundamental a Resolução esclarecer a operacionalização da Ouvidoria. O conselheiro Luiz Osório dos Santos informou que o Art. 7º define as características do ouvidor. A conselheira Maristela Cortez Sawitzki considerou ser pertinente a independência da Ouvidoria dentro da Universidade. A Presidente destacou que a Ouvidoria precisa aparecer no organograma da Universidade. A conselheira Vera Medeiros solicitou o envio à Comissão das contribuições dos conselheiros à Resolução. **Decisão do Conselho:** Retirado da pauta para apresentação na Reunião de novembro.

O conselheiro Jefferson Marçal da Rocha propôs não haver horário de almoço. A Professora Maria Beatriz sugeriu seguir com a Reunião até as treze horas e então fazer um intervalo.

Assunto: Pareceres da Comissão de Convênios, conselheiros Almir Santos Neto, Daniela Benetti, Felipe Ethur, Jefferson Marçal da Rocha e Lucas Genésio Silveira. **Processo:** 23100.001270/2011-76. **Origem:** Campus Uruguaiana. Contrato de comodato de bens semoventes (ovinos) entre a UNIPAMPA, a EMBRAPA e a CPPSUL. **Relator:** Jefferson Marçal da Rocha. **Parecer:** Favorável à aprovação do Contrato. **Decisão do Conselho:** Aprovado por UNANIMIDADE. **Processo:** 23100.001245/2011-92. **Origem:** Pró-Reitoria de Pesquisa Conveniente: Protocolo de intenções entre a UNIPAMPA, o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria do Estado de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico objetivando a conjugação de esforços e recursos para implantação da REDE RIOSUL de Pesquisa. **Relator:** Jefferson Marçal da Rocha. **Parecer:** Favorável à aprovação do Protocolo. **Decisão do Conselho:** Aprovado com uma abstenção. **Processo:** 23100.001453/2010-19. **Origem:** Campus Alegrete. Convênio entre a UNIPAMPA e a Prefeitura Municipal de Alegrete objetivando a elaboração de projeto urbanístico para a Av. Tiarajú. **Relator:** Daniela Vanila Nakalski Benetti. **Parecer:** Favorável à aprovação. **Decisão do Conselho:** Aprovado por UNANIMIDADE. **Processo:** 23100.001008/2010-41 **Origem:** Campus Alegrete. Convênio entre a UNIPAMPA e o Município de Alegrete objetivando a promoção e o desenvolvimento do Curso de Especialização em Tecnologia no Ensino da Matemática. **Relatora:** Daniela Vanila Nakalski Benetti. **Parecer:** Favorável à aprovação do Convênio. **Decisão do Conselho:** Aprovado por UNANIMIDADE. **Processo:** 23100.000986/2011-56. **Origem:** NUDEPE. Termo de cooperação técnico-científico entre a UNIPAMPA e a UFSM para Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas. **Relator:** Jefferson Marçal da Rocha. **Parecer:** Favorável à aprovação do Termo de Cooperação. **Decisão do Conselho:** Aprovado por UNANIMIDADE.

Assunto: Criação do Curso de Políticas e Produção Cultural, bacharelado **Processo:** 23100.001122/2011-51. **Origem:** Campus Jaguarão. **Relator:** Conselheiro Vanderlei Folmer. **Parecer da Comissão Superior de Ensino:** O conselheiro apresentou parecer desfavorável à criação do Curso de Políticas e Produção Cultural. O conselheiro Maurício Aires Vieira defendeu a aprovação do Curso, historiando o processo de elaboração da proposta no Campus Jaguarão. A conselheira Maria de Fátima Bento Ribeiro também defendeu a aprovação do Curso, uma vez que não existe no Brasil um curso de graduação em gestão da Cultura. O conselheiro Vinícius Jacques Garcia informou que este projeto chegou fora do prazo e enfatizou a necessidade de que o trabalho da Comissão Superior de Ensino seja valorizado. Manifestaram-se também os conselheiros Laura Regina da Fonseca, Luiz Osório dos Santos, Norberto Hoppen, Ricardo Barreto da Silva, Maria Beatriz Luce, Carlos Maximiliano Dutra. O conselheiro Jefferson Marçal da Rocha sugeriu a discussão conjunta dos dois cursos propostos pelo Campus Jaguarão - Curso de Políticas e Produção Cultural e Curso de Licenciatura em Geografia, considerando-se que os pareceres da Comissão são desfavoráveis a ambos os cursos. Também se manifestou o

conselheiro Andrés Cañedo. A conselheira Nádia Fátima dos Santos Bucco mencionou não se sentir à vontade para rejeitar as duas propostas de cursos do Campus Jaguarão e sugeriu a aprovação de pelo menos uma das propostas. Às quatorze horas e quinze minutos, a Presidente interrompeu a Reunião para almoço. Às quinze horas e dez minutos foi reiniciada a Sessão. A Presidente lembrou a proposta do conselheiro Jefferson Marçal da Rocha para votar em conjunto as duas propostas do Campus Jaguarão. A Presidente ressaltou a importância de que a comunidade universitária adote uma postura de melhoria contínua dos PPC, de todos os cursos. Informou também ao Conselho que no intervalo conversou com a direção do Campus Jaguarão sobre a possibilidade de promover maior articulação curricular entre os cursos daquela unidade, em especial entre o curso de Gestão do Turismo e o de Políticas e Produção Cultural. O conselheiro Marcello Cruz disse que não ficou claro para a representação discente se há ou não recursos humanos para a implantação de novos cursos, e que se não há, não podem ser aprovados. Disse que os representantes discentes não são contra a criação desses ou de mais cursos, mas que essa não deve ser uma decisão política e sim técnica. Disse que a definição implica no que irá acontecer com cinquenta pessoas que entrarão nesse curso; e que um curso mal estruturado prejudicaria seus alunos. A professora Maria Beatriz Luce esclareceu que a falta de professores incidirá sobre os sessenta cursos já previstos para 2012, pois a cada nova demanda é preciso redistribuir professores entre todos os cursos. Por esse motivo, o conselheiro Marcello Cruz disse que devem priorizar os alunos e não as metas dos Campus. Continuando, o conselheiro disse que falta clareza de parâmetros nas avaliações dos processos de cursos a serem criados. Cientificou aos conselheiros que os alunos trocam mensagens por e-mail e que são contra a abertura de novos cursos se a Universidade não consegue dar completo atendimento às atividades dos cursos já existentes. Disse que uma vez aprovado um curso, a responsabilidade vai recair sempre na Reitoria e que os alunos nunca lembrarão que foi o CONSUNI que aprovou. Por fim reiterou que não é contra a criação de novos cursos, mas que vê o impacto dessa aprovação sem condições favoráveis. Dessa forma expôs seu voto contrário à criação. Concluiu dizendo que o Conselho deve decidir se será uma decisão técnica ou política; e registrou seu descontentamento quanto à falta de cumprimento de prazos, como neste caso, pois aos alunos estes são sempre cobrados e os membros do Conselho deveriam ser exemplo. A conselheira Maristela Sawitzki afirmou que ambos os cursos atendem a toda a Universidade promovendo culturalmente o desenvolvimento da Metade Sul. Sugeriu então que o Conselho reconheça politicamente a importância de aprovação desses cursos e que trabalhe coletivamente para melhoria dos projetos e junto ao MEC para mais vagas docentes. A Presidente do Conselho disse que concorda com a conselheira, sendo esta posição importante para pensar o total da Universidade e não somente para essas duas propostas do Campus Jaguarão, posto que a insuficiência já existe para os sete cursos aprovados anteriormente. Salientou que a UNIPAMPA está extrapolando em muito o quadro de pessoal atual e previsto. A conselheira Luciana Kopp propôs a reavaliação dos sete cursos já aprovados junto com as duas propostas de Jaguarão e que se avalie, também, a matriz de custos e de pessoal de cada novo curso. O conselheiro Ricardo Barreto da Silva disse que no contexto essa seria a decisão mais racional, mas que considera mais importante definir qual Campus deve se expandir. O conselheiro Carlos Maximiliano Dutra salientou que, em se oferecendo quatrocentas e cinquenta vagas novas e receber o número de docentes equivalentes a duzentas vagas, não está se pensando no crescimento racional da Universidade. O conselheiro Felipe Ethur reforçou a proposta feita pela conselheira Nádia Bucco, que seja aprovado somente um dos cursos propostos pelo Campus Jaguarão e enfatizou a importância de criação de espaços que promovam cultura. Salientou o conselheiro Felipe Ethur que se não há recursos para a implantação de novos cursos, não se deveria nem trazer à apreciação do Conselho novas propostas. Propôs o fechamento do assunto com oito cursos novos e lembrou a fala do conselheiro Marcello Cruz, que as demandas ocorrem a partir do momento em que os cursos são criados. A conselheira Denise Teresinha da Silva disse que o esforço feito no Campus São Borja foi o de ter um curso de licenciatura cujas vagas docentes também suprissem as necessidades atuais do Campus, ou seja, que o corpo docente de um curso não é específico mas deve servir ao conjunto de cursos do Campus. Salientou que se deve respeitar muito a avaliação de mérito das propostas, respeitando-se assim o trabalho de quem elabora os PPC e também o de quem avalia esses trabalhos. A conselheira Daniela Benetti disse que no Campus Santana do Livramento surgiu a proposta de um novo curso de graduação com ênfase em Direito Internacional, cujos trâmites já estão aprovados no âmbito do Campus e o

processo na Secretaria do CONSUNI e já provavelmente à consideração da CSE atendendo o dispositivo do Regimento Geral que diz que é possível encaminhar a título consultivo a criação de novos cursos. Então, solicitou ao Conselho que pense nos procedimentos que serão adotados a partir de agora e que sejam consideradas as solicitações que já estão na Secretaria deste Conselho. Enfatizou a fala do conselheiro Ricardo Barreto da Silva, de que se deve pensar no planejamento dos Campus para a implantação de novos cursos e reconhecer que estes procuram qualificar os projetos. A conselheira Denise Teresinha da Silva disse que desde dois mil e nove o Campus São Borja está fazendo estudos sobre a implantação do Curso de Direito, salientando assim a importância de todo projeto de curso ser muito bem pensado. Disse que esta é uma questão cara para São Borja e que já consta em atas desde o Conselho de Dirigentes. O conselheiro Jefferson Marçal da Rocha afirmou que retomar a discussão dos cursos já aprovados dificultaria ainda mais o processo, sendo que o que está na pauta é o Curso de Políticas e Produção Cultural e o Curso de Licenciatura em Geografia. O conselheiro Luiz Osório dos Santos disse que a falta de critérios claramente estabelecidos provoca desgastes, mas que não há a possibilidade política de se pode voltar atrás nas decisões tomadas em Itaquí. Atentou que, considerando que o problema é a escassez docente, caberia eleger dentre as propostas de Jaguarão a que tem menor demanda de novos cargos docentes. De outra parte, tanto o outro curso proposto pelo Campus Jaguarão como o apresentado pelo Campus Santana do Livramento, deverão aguardar pelos critérios que serão instituídos pelo Conselho. A Pró-reitora de Graduação, conselheira Lúcia Vinadé disse que os cursos novos podem ter uma escala de implantação. O conselheiro Andrés Cañedo solicitou esclarecimentos sobre quais cursos aprovados terão início em dois mil e doze e quais precisam de um estudo mais aprofundado do PPC. Esclareceu a professora Maria Beatriz Luce que a oferta de vagas para o processo seletivo para dois mil e doze já tem um calendário nacional previsto. O professor Norberto Hoppen informou que todo o calendário institucional de aprovação de cursos novos, findo em agosto, foi em função do processo seletivo da UNIPAMPA, baseado no ENEM e SiSu, e que onze de novembro é a última data para envio do termo de adesão da Universidade ao SiSu, que contém uma planilha dos cursos, , turno de oferta, vagas e ações afirmativas. Complementando, disse o professor Norberto Hoppen, que entre dois mil e doze e dois mil e treze, deverá haver a grande diferença nos números do alunado da UNIPAMPA e que não há ainda como dimensionar a UNIPAMPA daqui há cinco anos, por falta de histórico dos novos cursos. Enfatizou que a entrada da Universidade no SiSU modificou o panorama anterior já que agora mais de vinte e cinco por cento dos alunos são de fora do Estado, não obstante a UNIPAMPA ter sido concebida como regional. Por isso, recomendou que a Comissão que trabalhará com a alocação das vagas docentes deverá se basear em mais critérios técnicos. Mas que a análise de hoje será mais política e não técnica. Esgotadas as argumentações, houve a votação da proposta de criação de pelo menos um curso novo em Jaguarão. **Decisão do Conselho:** Aprovada com seis abstenções. A conselheira Laura Regina da Fonseca disse que as falas apontaram para o Curso de Políticas e Produção Cultural. A professora Maria Beatriz Luce salientou que a UNIPAMPA já tem um curso com ênfase em Produção Cultural, que é própria das Diretrizes Curriculares Nacionais de Comunicação Social e consta na UNIPAMPA no curso com habilitação em Relações Públicas, como bem mencionou o parecer da Comissão Superior de Ensino. O conselheiro Luiz Osório disse que entendeu que ambos os cursos têm mérito e que precisam ser ajustados, então sugere que o curso que demanda menos docentes seja o aprovado. A Presidente do Conselho lembrou ainda que a área de conhecimentos comportaria um curso tecnológico, que pode ser realizado em menos tempo que um de bacharelado ou de licenciatura; ainda, que deve ser considerado o perfil do atual corpo docente do Campus Jaguarão. Na sequência, foi tomada a decisão sobre qual dos cursos será oferecido a partir de 2012: Produção e Política Cultural ou Tecnologia de Gestão da Cultura ou Licenciatura em Geografia. **Decisão do Conselho:** aprovado o Curso de Produção e Política Cultural tendo um voto contrário e três abstenções. Logo após, a Professora Maria Beatriz cientificou o Conselho a respeito da necessidade de ser providenciada uma revisão das condições de capacidade da UNIPAMPA, principalmente de recursos docentes, em virtude da decisão do CONSUNI de criar oito novos cursos de graduação, já tendo cinco programas de Mestrado em análise na CAPES mais os cursos de Doutorado que terão que ser constituídos a partir do próximo ano. O conselheiro Vanderlei Folmer disse achar interessante que a discussão seja feita com a nova gestão. A conselheira Maristela Sawitzki disse que há duas proposições ainda a serem

analisadas: uma de não mais se aceitar a proposição de novos cursos para dois mil e doze e a outra é continuar com a aprovação dos oito curso com um planejamento e escalonamento de implantação. A professora Maria Beatriz Luce lembrou a informação do professor Norberto Hoppen de que é necessário enviar ao MEC a relação dos cursos oferecidos pela UNIPAMPA até o dia onze de novembro. O conselheiro Vinícius Jacques Garcia disse que diante da aprovação de oito novos cursos de graduação é necessário que a Comissão antecipe a distribuição das vagas disponíveis por curso, visando deflagrar imediatamente alguns concursos. A Presidente salientou que não há tempo hábil para que a Comissão estude o modelo e distribua as vagas até onze de novembro e que o modelo antigo de distribuição de vagas não pode mais ser usado. Completando, o conselheiro Vinícius Garcia salientou que justamente por não haver tempo é que se pode dimensionar a responsabilidade do Conselho nessas aprovações. A conselheira Laura da Fonseca disse que é regimental a responsabilidade do Conselho de decidir, então propôs que se privilegie as unidades que precisam expandir. O conselheiro Eloir Missio disse que tem interesse em avaliar o processo de distribuição de vagas porque vê muitas diferenças entre os quadros de docentes dos Campus, mesmo considerando as demandas diferenciadas das distintas áreas de conhecimento. A professora Maria Beatriz Luce comentou que é oportuno que todos os conselheiros entendam a matriz de distribuição de vagas que vem sendo aplicada, mas que a partir deste momento de expansão torna-se necessário adotar uma fórmula mais complexa, que contemple além do número de vagas de ingresso a matrícula efetiva, ano por ano, com histórico de alunos por semestre, descobrindo assim o número de professores demandado em cada Campus. O conselheiro Andrés Cañedo disse que é importante definir o que se quer para a Universidade e que um estudo para isso consumiria, no mínimo, um mês de trabalho. O conselheiro Luiz Osório dos Santos ponderou que, em não havendo tempo para que a Comissão subsidie o Conselho com as informações necessárias para a tomada de decisão, os Campus devem fazer uma análise das suas reais condições e necessidades e que cada um se manifeste antes do dia onze deixando claro se tem ou não condições de que o curso inicie em dois mil e doze ou não. Com isso a Presidente ratificou as duas propostas: 1ª formar a Comissão para desenvolvimento da matriz do modelo de alocação de cargos docentes e 2ª A Mesa assumiu a sugestão do Conselho de enviar mensagem aos diretores com cópia aos coordenadores acadêmicos para informarem até o dia dez de novembro quais os cursos terão ingresso pelo processo seletivo SiSU. A Comissão de Desenvolvimento do Modelo de Alocação foi formada com os seguintes componentes: Almir Barros da Silva Santos Neto, Ana Paula Lüdtker Ferreira, Andrés Delgado Cañedo, Carlos Maximiliano Dutra, Daniela Vanila Nakalski Benetti, Denise Teresinha da Silva, Eloir Missio, Marco Antonio Hansen, Maicon Venes Pereira e Maurício Aires Vieira.

Assunto: Alteração Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Mineração. **Processo:** 23100.001124/2011-41. **Origem:** Campus Caçapava do Sul. **Relator:** Conselheiro Vanderlei Folmer. **Parecer da Comissão Superior de Ensino:** Favorável à aprovação da alteração curricular do Curso, que passará a ter duas mil, seiscentas e setenta horas, ou seja, terá a duração mínima de três anos e seis meses. **Decisão do Conselho:** Aprovado por UNANIMIDADE

Assunto: Alteração do nome do Curso de Ciências Políticas para Ciências Sociais – Ciência Política, Bacharelado. **Processo:** 23100.001125/2011-95. **Origem:** Campus São Borja. **Relator:** Conselheiro Vanderlei Folmer. **Parecer da Comissão Superior de Ensino:** Favorável à aprovação. A Diretora do Campus São Borja, conselheira Denise Teresinha da Silva solicitou que o memorando enviado por e-mail à Secretaria do CONSUNI seja anexado ao processo como uma parte histórica do processo. A solicitação foi acatada pela Mesa. **Decisão do Conselho:** Aprovado por UNANIMIDADE.

Assuntos Gerais: A conselheira Lúcia Vinadé fez a apresentação dos prazos para encaminhamento de processos relativos a novos cursos à Secretaria do CONSUNI, para a apreciação inicial da Comissão Superior de Ensino. A Presidente propôs à Comissão Superior de Ensino um prazo para que apresente ao CONSUNI os critérios para recebimento de propostas de novos cursos. Entre os critérios citou os pedagógicos, os de recursos humanos e materiais. Decidiu-se que o prazo para a apresentação de tais critérios seja a Reunião Ordinária de março

de dois mil e doze. Manifestaram-se os conselheiros Maurício Aires Vieira, Lúcia Vinadé, Ricardo Barreto da Silva. A partir das argumentações, a Professora Maria Beatriz propôs encaminhar solicitação à Professora Amélia Rota Borges de Bastos para que cientifique o Conselho sobre a data limite para colocação dos PPC na plataforma e-MEC. Na sequência, definiu-se a Comissão para promover as eleições do CONSUNI em dois mil e doze: Carlos Arthur Saldanha Dias, Jefferson Marçal da Rocha, Maurício Aires Vieira e Vanessa Dias Espíndola. Logo após, discutiu-se sobre as datas do Seminário dos Técnico-Administrativos e também da Reunião do CONSUNI de novembro. A conselheira Denise Teresinha da Silva manifestou seu desagrado com o novo agendamento do seminário dos TAE sem consulta prévia aos Campus. Disse que a data escolhida interfere nos compromissos assumidos como Diretora do Campus São Borja e sugeriu que o Seminário se encerre na quarta-feira ao meio-dia, possibilitando o regresso dos servidores na quarta-feira à tarde, tendo em vista a realização da Reunião do CONSUNI na quinta-feira em São Borja. Decidiu-se que a Reunião do CONSUNI de novembro iniciará às quatorze horas do dia vinte e quatro, em São Borja.

Nada mais havendo a tratar, às dezenove horas, foi encerrada a Reunião e lavrada a presente Ata, assinada pela Professora Maria Beatriz Luce, Presidente do CONSUNI, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva do CONSUNI. As declarações completas desta Reunião estão gravadas e disponíveis para consulta.